



Revista Portuguesa
de

irurgia

II Série • N.º 15 • Dezembro 2010

Página dos editores

Vitor M. Ribeiro

NO ABISMO

Em tempos de discussão de Orçamento torna-se difícil não falar sobre o SNS. É tema recorrente nesta página, e da maior relevância, porque a saúde sendo um dos pilares do bem-estar da população, tem vindo progressivamente a ter um peso cada vez maior no Orçamento do Estado e das despesas directas da população.

No momento em que sente irmos viver um forte apertão ao contribuinte, como forma de reduzir o deficit do Estado, onde o SNS se insere, para o próximo ano, temos a informação de, no final de 2009 a dívida acumulada deste ser de 600 milhões de euros, a que, segundo o Ministro das Finanças, haverá que acrescentar 500 milhões este ano, perfazendo um total superior a 1000 milhões, e uma percentagem do PIB nacional a rondar os 12%.

Face a estas notícias, mais perplexo se fica, quando se anuncia que no orçamento para o próximo ano o sector verá reduzido o seu financiamento em 500 milhões. Em época de contenção compreende-se, mas sendo o sector deficitário, como é que se compreende esta redução? Mais preocupante ainda, é que a proposta de redução, não veio acompanhada das medidas que permitirão este objectivo, que é de aproximadamente 13% quando comparada com 2010. Estamos perante, ou uma brincadeira de mau gosto, sendo então uma aparente “boa intenção” que cada vez tem menos espaço, só descredibilizando os nossos líderes, a exemplo das recentes reduções na comparticipação nos medicamentos, que redundaram num aumento da despesa, ou virão medidas que apoiem essa redução.

Será assim de esperar por medidas que permitirão atingir tal desiderato, e a proposta é de tal monta que a ser verdade teremos provavelmente uma “revolução”. Politicamente já se ouviram propostas, à direita com uma proposta de revisão constitucional, em que a saúde deixará de ser tendencialmente gratuita, aproveitando o partido no poder para “xingar” politicamente o adversário, para eleitor ver, defendendo a imutabilidade do SNS. Da sua área ouvimos o insuspeito Prof. Daniel Bessa adiantar que os rendimentos acima do 4º escalão do IRS devem participar das despesas de saúde. O que basicamente significa que, para além do financiamento provindo do Orçamento do Estado, se poderá vir a acordar, entre os partidos da esfera do poder, uma comparticipação adicional privado directo para o funcionamento do SNS, o pagamento de serviços para os cidadãos.



Mas será que os portugueses e o País, que precisa de investimento para fazer crescer a economia, poderá continuar a investir-consumir em saúde desviando recursos dessas áreas? A pergunta permanece se poderemos, sem risco de não crescer, pagar acriticamente um SNS que segundo dados de 2006 (ERS Rui Nunes), tinha uma taxa de desperdício de 25%. As medidas tomadas nesta década, empresarialização seja versão SA seja EPE, não resultaram como se vê, e para quem dela era adepto, como é o meu caso, não surpreende.

Senão vejamos, o que mudou com ela?

Coisas boas como qualidade e sua avaliação, ausentes até hoje. Desenvolvimento de cultura de meritocracia, ausente. Criação de mercado dentro do SNS como existe, por ex. em Inglaterra, ou versão nacional proposta aprovada pela Ministra Maria de Belém no final da década passada de constituir CRI's, ausente.

Coisas más, elas aí estão, oito anos passados do desmantelamento das carreiras médicas, não substituídas. Ausência de concursos para cargos de direcção. Ausência de avaliação curricular para contratações, ou cargos de chefia. Mas sim às nomeações políticas, ou de amigos.

E que dizer das gestões destas “empresas”? Os CA são nomeados sobre as mais variadas pressões, estritamente de base política, sem contracto de gestão, sem estratégia integrativa do sistema, com a capitalização das instituições desenvolvendo projectos megalómanos, e algumas pelo menos tomando decisões na fronteira da corrupção, contratando por volumosas quantias figuras reconhecida e grosseiramente incapazes, ou atribuindo licenças sem vencimento e contratando mais uma vez por salários significativamente mais altos com justificações pífias, como por ex serem fundamentais para a instituição, como se os outros médicos não o fossem. Tudo isto sem concurso, ou avaliação curricular.

De igual à falta de avaliação da qualidade clínica, também a gestão não é naturalmente avaliada, apesar de haver comissão nomeada para tal desde 2008.

Já não nos chegava este faz de conta de oito (8!) anos de empresarialização, e este ano em entrevista à revista de gestão hospitalar, a Sra Ministra da Saúde afirma que a culpa é dos Administradores Hospitalares! Numa reunião com a Comissão de avaliação, ainda das SA's, para avaliar o que tinha mudado na minha instituição em termos de gestão, chegámos à conclusão que havia muitos mais Administradores, mas tudo o resto estava organizado da mesma maneira.

Pelo caminho tem-se desinvestido na formação médica, e Administrações há que a consideram uma despesa e não um investimento!

O SNS está gravemente doente, politizado, depois dos êxitos que conseguiu, a iniciar um processo de desqualificação, ineficiente, e ameaçado pelo deficit. A sua sobrevivência está condicionada pelo seu reequilíbrio financeiro, mas também pela melhoria da qualidade. Neste aspecto será fundamental uma atitude aberta, a participação e empenhamento do sector médico na introdução dos valores que pautam uma saúde de qualidade, que não se anuncia de boca cheia, mas se prova com regras de funcionamento e avaliação. Resta saber, se uma vez mais, somos capazes de o fazer, se nesta ausência alguém nos fará fazê-lo, ou se simplesmente deixaremos destruir um dos nossos pilares de bom desenvolvimento das últimas décadas. Estarmos à porta do abismo pode ser uma oportunidade, assim a saibamos aproveitar.

